

**AS TEORIAS DAS CRISES EM SUAS INTERFACES COM A QUALIFICAÇÃO DE
TRABALHADORES ATRAVÉS DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM
UBERLÂNDIA – MG (1985-2004)**

Autora: Jane Maria dos Santos

Carlos Alberto Lucena

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFU

TEXTO COMPLETO

A pesquisa aqui apresentada encontra-se em andamento e refere-se à elaboração de uma dissertação de mestrado, que está sendo realizada pela aluna Jane Maria dos Santos, cientista social, especialista em Ciências da Religião e bolsista da Capes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de Políticas e Gestão em Educação.

Pertencente ao eixo temático “Políticas Educacionais e Movimentos Sociais”, esse estudo faz parte de um amplo projeto de pesquisa, que objetiva historiar os impactos das crises econômicas na precarização do trabalho e na educação profissional dos trabalhadores da região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais. Constituindo uma ramificação desse amplo projeto, esta pesquisa problematiza, fundamentando-se na teoria das crises econômicas do capitalismo monopolista, as transformações históricas que incidiram diretamente nas mudanças no mundo do trabalho, no que diz respeito às novas formas de emprego, às novas tecnologias e às novas habilidades/qualificações exigidas pelo mercado de trabalho.

Tendo como recorte o período de 1985 a 2004, contexto no qual se instaura a reestruturação produtiva no Brasil e seus respectivos impactos nas transformações históricas, que a (des)qualificação de trabalhadores sofre nesse período, problematizamos a história da educação profissional no nível técnico médio, relacionando-a com as teorias das crises econômicas do capitalismo monopolista. Analisamos a (des)qualificação profissional de jovens (que se vêem diante da necessidade imediata de fazer parte do mercado de trabalho) e de trabalhadores (em busca de emprego ou manutenção do mesmo), disponibilizada por uma

escola técnica da rede privada, através de uma análise dos cursos técnicos em informática de nível médio que ela oferece, vinculados à área das novas tecnologias informacionais.

Buscando entender a totalidade que envolve a temática aqui analisada, por meio dessa pesquisa em andamento, nosso referencial teórico-metodológico está fundamentado no materialismo histórico dialético, no intuito de analisar a contraditória realidade, através do confronto entre o passado e o presente, indo ao encontro da educação profissional e do trabalho, enquanto expressões da nossa sociedade. Problematiza-se o processo sócio-histórico de formação profissional, debatendo as contradições presentes entre a alienação e o acesso e trabalho nas novas tecnologias.

É no nível da “profissionalização estreita”, que se situa o ensino médio de nível técnico. É esse tipo de “conhecimento” que vem recebendo um significativo número de jovens e trabalhadores pertencentes à classe trabalhadora. A eles é reservado um aprendizado limitado e fragmentado, dizendo respeito à apenas uma especificidade. Ou seja, através do ensino técnico, o indivíduo estará (ou não) apto para praticar as técnicas relevantes para uma tarefa e não para uma totalidade de tarefas, mas que ao mesmo tempo exige um raciocínio mais abstrato e não mais memorizado.

Essa é uma das exigências que vem surgindo com a ascensão das novas tecnologias informacionais e com as modificações que vão ocorrendo com os modelos de organização da produção capitalista. Pois, de acordo com Harvey (1996, p. 103), os capitalistas em sua incessante busca e luta pela lucratividade, exploram todos os tipos de novas possibilidades que vão surgindo. Dentre elas, surgem então, as novas tecnologias que acabam sendo necessariamente vinculadas a cursos técnicos necessários para a aprendizagem das técnicas para utilizá-las, consistindo numa possibilidade de exploração para os capitalistas, através da lucratividade que podem gerar.

Assim, quanto mais o capitalismo se desenvolve, cresce proporcionalmente sua brutalidade no intuito de atingir seus fins. Juntamente com essa tendência, há todo um percurso histórico, político, econômico e social. Desse modo, as mudanças no mundo do trabalho e os modelos pelos quais o modo de produção capitalista vai se desenvolvendo e organizando a sua produção em prol de seu próprio benefício, fazem parte desse percurso que configura o capitalismo monopolista que emergiu em 1870 e vigora até os dias atuais. Segundo Harvey (1996, p. 103), *Em resumo, o capitalismo é um sistema social que internaliza*

regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial.

Dentre as novas possibilidades de exploração que o próprio capitalismo encontra/elabora para elevar sua lucratividade, gradativamente se constrói, as novas tecnologias que acabam sendo vinculadas a cursos técnicos necessários para a aprendizagem das técnicas para utilizá-las, consistindo numa efetiva possibilidade de exploração para os capitalistas, através da lucratividade que podem gerar.

Nesse sentido, o capitalismo enquanto sistema intrinsecamente antagônico, está sempre criando e recriando novas formas e exploração, para que ele possa manter sua hegemonia. Mas,

Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo.(...) A crise contemporânea está vivenciando a eclosão de precipitações mais freqüentes e contínuas (Antunes, 2000b, p. 27-28).

Ou seja, o capitalismo tende a se aprofundar numa crescente e constante crise e não mais em crises cíclicas, reajustáveis e seguidas por momentos de estabilidade.

Essa crise, de caráter estrutural, é caracterizada e cada vez mais intensificada, principalmente por uma crescente tendência da redução da taxa de lucro (Antunes, 2000b, p. 29).

É uma crise de âmbito global e que por muito tempo (até a década de 1990) não foi reconhecida por muitos enquanto crise, mas apenas como um contexto caracterizado por momentos de “recessões”, “depressões” (Hobsbawm, 1995, p. 393 e 394). A estratégia do capitalismo diante dessa situação foi de deslocar as crises de forma mundial para os países periféricos, ou seja, as saídas para a crise geralmente são, de acordo com Chesnais (1996):

Concebidas, quase sempre, em termos de aumento da produtividade e da competitividade externa, e de preservação dos níveis de renda e modos de vida já conquistados, essas saídas teorizam, explícita ou implicitamente, e independentemente das posições políticas defendidas por seus atores, a divisão definitiva do mundo entre os que poderão continuar utilizando os recursos como sempre fizeram, e aqueles aos quais o ‘modo de desenvolvimento’ não reservaria mais do que o direito de assistir, graças às imagens projetadas pela mídia mundializada, como estariam passando os bem-de-vida (Chesnais, 1996, p. 314-315).

Devido ao fenômeno da mundialização do capital, os países periféricos como o Brasil, na tentativa de compartilhar da mesma perspectiva dos países centrais, tendem a introduzir as novas tecnologias microeletrônicas na produção (Alves, 2000, p. 69). E essas novas tecnologias, que ao chegar no Brasil, já são consideradas obsoletas, são operacionalizadas através da (des)qualificação profissional de indivíduos por meio dos cursos técnicos, nos quais os eles devem “aprender aprendendo”, através de um raciocínio mais abstrato, que não é restrito à memorizações. Afinal, o contexto no qual essas tecnologias são desenvolvidas demanda um trabalhador polivalente, ou seja, um trabalhador que esteja apto para exercer qualquer tarefa circunscrita aos postos de trabalho de sua seção, podendo substituir qualquer outro trabalhador de sua área de atuação (Alves, 2000, p. 141):

As novas tecnologias microeletrônicas na produção possuem o potencial de instaurar – ou não – a degradação do trabalho; produzir – ou não – a desqualificação do trabalho; proporcionando – ou não – uma “nova rotinização do trabalho”. (...) a sua instauração não é determinada meramente por exigências técnicas, mas por determinações políticas, isto é, pela capacidade do trabalho de impor – ou não obstáculos à sanha do capital na produção, intervir na organização do trabalho, e determinar a forma de incorporação das novas tecnologias microeletrônicas na produção (o que depende não apenas da relação de poder entre capital e trabalho no local de produção, mas da capacidade de organização da classe trabalhadora no campo socioestatal) (Alves, 2000, p. 150-151).

Assim vamos compreendendo o antagonismo do capitalismo em sua essência. Pois todo esse processo imbuído de dinâmicas, estratégias, possibilidades, exploração, criação e recriação, produção e reprodução, se dá no sentido de estar sempre superando as crises que ele mesmo gera. Conseqüentemente, esse sistema parte em busca de novas respostas, como alternativas à crise (Antunes, 1997, p. 71). E as novas tecnologias, surgem como uma dessas respostas, demandando uma formação específica, limitada, distante de uma formação profissional benéfica aos sujeitos sociais pertencentes à classe trabalhadora, mas muito próxima dos interesses do capital. Uma contradição que exige novas habilidades/qualificações, ou seja, trabalho vivo, para reduzir cada vez mais o próprio trabalho vivo em detrimento do trabalho do morto. Além disso, as novas tecnologias também surgem em detrimento da concorrência e do esgotamento histórico das técnicas tayloristas e fordistas enquanto suportes dos ganhos de produtividade (Coriat, 1988, p. 26).

Por conseguinte, a crise estrutural vivenciada pelo capitalismo acaba repercutindo em intensas mudanças no processo de trabalho, afetando tanto a materialidade, quanto a subjetividade (ou forma de ser) dos sujeitos sociais pertencentes à classe trabalhadora (Antunes, 1997, p. 71). São essas mudanças, que influenciam aqueles que freqüentam os cursos técnicos de nível médio em busca de uma profissionalização mais imediata.

Enquanto uma pequena parte da população privilegiada economicamente goza de um ensino médio pleno, de caráter holístico e interdisciplinar, que é voltado para uma inserção de jovens indivíduos no ensino superior e geralmente público, outra grande parcela da população se destina a uma formação escolar voltada para uma profissão limitada aos cursos técnicos de nível médio, normalmente pertencentes a instituições privadas.

Além dos jovens que estão se voltando para o ensino médio profissionalizante, há também uma grande parcela dos trabalhadores, constituintes da classe trabalhadora, que vivencia um contexto de crescente precariedade, exploração, demandando novas exigências de novas habilidades/qualificações e em um ambiente de constante ameaça ao desemprego e individualismo exacerbado. Essa configuração do mundo do trabalho, associada às políticas neoliberais, contorna uma situação na qual os trabalhadores são vistos e vêem a si mesmos como geradores da sua própria precariedade.

Desse modo, o próprio indivíduo (tanto os trabalhadores quanto os jovens) é que deve “investir” em si mesmo buscando cursos que propiciem de forma rápida o acesso ao contexto das novas tecnologias e das novas habilidades. Pois o surgimento das novas tecnologias demanda novas habilidades/qualificações para que elas sejam devidamente utilizadas no contexto do mercado de trabalho. Essas novas habilidades/qualificações são buscadas pelos sujeitos sociais das classes trabalhadoras nos cursos técnico-profissionalizantes. Ao buscar isso nos cursos profissionalizantes, esses sujeitos tendem mais a uma (de)formação do que uma formação propriamente dita deles mesmos na sociedade.

Enquanto a formação profissional é mais abrangente no processo educativo do sujeito social, a (de)formação profissional é um aprendizado restrito.

A formação profissional consiste em ser um instrumento de exercício de cidadania, um processo educativo que considera o indivíduo sujeito social, uma “ferramenta” pela qual o homem transforma a natureza adaptando-a as suas necessidades. Além disso, também

conscientiza o sujeito social de seus direitos e lhe dá formação profissional para que ele execute seu trabalho específico com autonomia.

Já a (de)formação profissional consiste em ser um instrumento utilizado a favor da lógica do capitalismo e em benefício dele mesmo e não do indivíduo, que por ele não é considerado como sujeito social. É um aprendizado limitado, restrito e temporal. Repassa ao indivíduo as técnicas que estão em voga, condizentes com as novas tecnologias. Na medida em que essas novas tecnologias forem sendo substituídas por outras novas tecnologias, ou seja, se tornarem ultrapassadas, as técnicas a elas referentes que muitos indivíduos se especializaram são descartadas e os mesmos também são descartados.

Frigotto (2001), à luz do cenário neoliberal notadamente individualista em sua essência, clarifica bem a configuração capitalista dada à (de)formação profissional dos cursos técnicos, o que eles disponibilizam aos sujeitos sociais e o que eles ocultam:

O ideário da ideologia da globalização e da reestruturação, de um lado e, de outro, a nova base técnica do processo produtivo – que é real - mas que apreendida de forma mistificadora, é que se afirma a nova vulgata do campo educativo mediante a ideologia das competências e, mediante a aquisição das mesmas, a promessa da empregabilidade. Aqui ao individualismo do credo neoliberal somam-se os argumentos fundados do credo do pós-modernismo que realçam as diferenças (individuais) e a alteridade. Neste particular a diferença e a diversidade, dimensões importantes da vida humana, mascaram a violência social da desigualdade e afirmam o mais canibal individualismo (Frigotto, 2001, p. 24).

Esses dois sujeitos sociais (jovens e trabalhadores), que se encontram cada vez mais distantes de um curso superior, acabam se vendo diante apenas da possibilidade de cursos técnicos, oferecidos por escolas privadas e que (de)formam de modo mais imediato (duração média de dois anos) indivíduos para exercer funções limitadas.

Assim, os sujeitos sociais das classes trabalhadoras que optam por pela formação técnica em nível médio, é porque já se vêem distantes do acesso ao ensino superior tanto de instituições públicas (porque essa opção demanda um ensino médio de qualidade) quanto de instituições privadas (que demandam grandes gastos econômicos). Eles aspiram por uma (de)formação profissional que os inclua o mais rápido possível no mercado de trabalho. Essa é a mentalidade difundida pela lógica do capital; o sistema educacional é formulado de acordo com os interesses do próprio sistema. Nesse sentido a educação é compreendida não como

bem social, mas como serviço orientado pelas regras do mercado (Lucena, 2004, p. 197). Tanto o trabalho e a educação e as respectivas diferenciações de ambos, são configurados de acordo com a dinâmica do sistema de produção capitalista, ou seja, de acordo com a lógica do capital, que delinea “mundialmente” tantos os países centrais, quanto os países periféricos que despertam o seu interesse (Chesnais, 1996). Pois, *Neste terreno é que assume um papel crucial a produção teórica mediante a pesquisa, para aprofundar a compreensão e a crítica do capitalismo tardio e as formas que assumem os processo formativos e educativos* (Frigotto, 2001, p. 23).

De acordo com Antunes (2002a, p. 62), quando pensamos no mundo do trabalho não há uma tendência generalizadora, pois o mesmo se apresenta como um processo complexo e heterogêneo. E dentro desse processo é possível constatar um “efetivo processo de intelectualização do trabalho manual”, que condiz com o avanço tecnológico.

A tecnologia traz juntamente no cerne de seu desenvolvimento, uma conseqüente problemática amplamente discutida no espaço acadêmico e cada vez mais presente no cotidiano dos trabalhadores: a subordinação do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto. Não é a máquina que trabalha em função do trabalhador, mas o trabalhador que trabalha em função da máquina. E torna-se cada vez mais perceptível que a ciência e a tecnologia tendem a avançar cada vez mais no intuito de reduzir incessantemente a dependência que o trabalho morto tem do trabalho vivo.

Torna-se válido destacar que quando falamos sobre as respostas do capital à crise, dentre elas, as novas tecnologias, não estamos afirmando que há uma substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e nem da tecnologia pelo trabalho, mas sim da inter-relação, interpenetração e interdependência que há entre ambos no mundo contemporâneo (Antunes, 2005, p. 38-39). No sistema capitalista de produção, o que o funda não é somente o trabalho, mas a relação de classe que há entre o capital e o trabalho (Harvey, 1996, p. 166). Afinal, mesmo apesar de todos os avanços tecnológicos, é impossível que o trabalho seja executado apenas com o trabalho morto, sem a presença do trabalhador (Lucena, 2004, p. 222; Antunes, 2002a, p. 59).

Contraditoriamente à essa tendência inerente ao sistema capitalista de produção, é imposta aos indivíduos a condições que eles “invistam” em sua formação profissional, para que eles estejam aptos para lidar com essas novas tecnologias e conseqüentemente se

encontrem diante da possibilidade de conquistar, se manter ou até mesmo ascender no emprego em que se encontram.

Envolvendo as exigências de novas habilidades/qualificações, nesse estudo estamos pensando sobre a complexidade do trabalho, isto é, como as mudanças no mundo do trabalho se relacionam com o tipo de (de)formação profissional que as escolas profissionalizantes de nível técnico médio da rede privada, oferecem aos jovens que se vêem diante da necessidade imediata de fazer parte do mercado de trabalho e aos trabalhadores que tentam se manter ou ascender em relação aos seus postos de trabalho ou também tentam uma reinserção no mesmo.

Além disso, estamos analisando as novas formas de empregos também inerentes às mudanças no mundo do trabalho. Denominamos essas novas formas de emprego de trabalho precarizado, que se refere às mais diversas modalidades de trabalho típicas do mundo capitalista contemporâneo; um trabalho subproletarizado e reduzido as mais precárias condições e formas de trabalho, como por exemplo, as terceirizações, contratações, trabalho informal, etc (Antunes, 2002a, p. 52). Geralmente, são esses os tipos de emprego que os jovens e os trabalhadores estão lutando para conseguir através de sua (de)formação profissional. Afinal, no novo perfil de trabalhador do mundo contemporâneo, (...) *o trabalhador já não transforma objetos materiais diretamente, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas, programa-as e repara os robôs em caso de necessidade* (Antunes, 2002a, p. 59).

O trabalho hoje, influenciado e transformado pelas mudanças sócio-históricas que regem em torno do capitalismo, está cada vez mais distante de sua dimensão ontológica mais geral e abstrata, que funda o homem enquanto ser social, e tende a ser um fator de negação da potencialidade humana (Luckás, mimeo, p. 1-2). Ou seja, o trabalho criativo, enquanto valor de uso, essencialmente humano, que consiste na atividade na qual o homem transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades simultaneamente transformando também a si mesmo (Marx, 2002, p. 211; Santos, 2005, p.1) é hoje uma dimensão menosprezada pelo sistema vigente. Afinal, não é essa dimensão do trabalho que gera produtividade e tem a lucratividade como consequência.

O processo de trabalho hoje, tende a negar a potencialidade humana, no sentido que a dimensão quantitativa se sobrepõe à dimensão qualitativa. O que interessa é que o trabalhador que vive do seu trabalho e para o seu trabalho, seja intensamente explorado através dessa sua

atividade, que produz mercadorias destinadas à venda, que passa a ser por ele considerado algo penoso, sacrificante, visando apenas crescente produção de mais-valia. Pois é a intensificação do ritmo desse trabalho a “mola geradora” de lucratividade. (Marx, 2002, p. 220; Santos, 2005, p. 2)

E é para esse tipo de trabalho que as escolas estão (de)formando profissionalmente os trabalhadores que já participam ou estão tentando uma inserção nesse processo.

Conseqüentemente, as escolas técnicas cada vez mais abundantes, oferecem através de seus cursos técnicos em nível médio na área das novas tecnologias informacionais, uma (de)formação profissional, tanto aos jovens que necessitam de uma qualificação/habilidade mais específica e imediata que viabilize sua inserção no mercado de trabalho, quanto aos trabalhadores que buscam se manter ou ascender em seus postos de trabalho ou buscam uma reinserção no mercado de trabalho.

Primeiramente, estamos realizando um estudo teórico acerca das novas formas de emprego, as novas tecnologias informacionais e as novas exigências de habilidades/qualificação, ou seja, as mudanças no mundo do trabalho, para posteriormente constatar como essas modificações estão se relacionado com a (de)formação profissional disponibilizada através dos cursos técnicos de nível médio em informática, oferecida por uma escola técnica da rede privada do município de Uberlândia.

Para isso, essa pesquisa também está se consolidando através de um estudo empírico realizado numa escola técnica da rede privada de Uberlândia, significativa na área de educação profissional e reconhecida pelo Ministério da Educação. Os cursos lá analisados são os de Operador de computadores, Montagem e Manutenção de computadores, Desenvolvedor de Websites, Instalador e Operador de Redes locais e Programador de Sistema, todos da área de técnico em informática ou, às novas tecnologias informacionais. Pois é a introdução dessas novas tecnologias é que causam importantes mudanças no mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito ao seu conteúdo, ritmo, intensidade e linha de produção (Alves, 2000, p. 142).

Dessa maneira, estamos buscando conhecer o contexto da lógica do surgimento das novas tecnologias informacionais e das novas habilidades/qualificações que elas demandam e suas respectivas mudanças nas relações de produção e no processo de trabalho; discutindo a relação entre (de)formação profissional e as novas formas de emprego; constatando,

compreendendo e analisando os impactos e as mudanças que a reestruturação produtiva acarreta na (de)formação profissional dos indivíduos vinculados à educação profissional de nível técnico; discutindo sobre a tendência da restrição e limitação proporcionada pelo ensino técnico e sua relação com o capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **O Novo (E Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação: produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2000. 365 p.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 136 p.
- _____. **Adeus ao Trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8ª ed. Campinas, SP: . Cortez Editora, 2002a. 200 p.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª ed São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2002b. 258 p.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. SP: Xamã, 1996. 293 p.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho educação. In: **Trabalho & Educação**. Revista do NETE, Belo Horizonte, nº 9, p.15-26, jul/dez, 2001.
- GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 117 p.
- HARVEY, David. **Condição Pós- Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996. 349 p.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.
- LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2004. 301 p.
- LUCKÁS, George. O trabalho, In: **Ontologia do ser social**. Tradução de Ivo Tonet. (mimeografado). 53 p.
- OLIVEIRA, Ramon. Ensino médio e educação profissional – reformas excludentes. **Revista Educar**, Curitiba, nº 20, p. 279-298, 2002. Editora UFPR.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Vol. 1. Livro 1º. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 571 p.
- SANTOS, Jane Maria dos. O trabalho enquanto dimensão contraditória da potencialidade humana na trajetória de reestruturação produtiva. **Revista Urutágua**. Maringá, quadrimestral, nº 07, ago./set./out./nov., 2005. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/007/07santos.htm>. Acesso em : 20 ago. 2005.